

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.690.157 - CE (2017/0193194-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : UNIÃO INDUSTRIAL TÊXTIL S/A UNITEXTIL**  
**ADVOGADOS : JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE**  
**ALBUQUERQUE - CE004040**  
**RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES - CE016077**  
**ANTÔNIA CAMILY GOMES CRUZ - CE018376**  
**JOSE ELOY DA COSTA NETO - CE030732**  
**ANDRE LUIS QUEIROZ DE PAIVA - CE035900**  
**AGRAVADO : DAMIÃO OLIVEIRA DA SILVA - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : ANTÔNIA MOREIRA DA SILVA - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : WALNIR GRAÇA FERREIRA - CE006510A**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno, interposto por UNIÃO INDUSTRIAL TÊXTIL S/A UNITEXTIL, em face da decisão de fls. 473-475 e-STJ, da lavra deste relator, que não admitiu recurso especial manejado pela ora insurgente. Procedem, em parte, as alegações da insurgente, devendo ser retificado o dispositivo da decisão agravada.

É o brevíssimo relatório. Decide-se.

1. Conforme relatado às fl. 473 e-STJ, cuida-se de recurso especial interposto por UNIÃO INDUSTRIAL TÊXTIL S/A UNITEXTIL em face de acórdão que julgou parcialmente procedente pedido inicial formulado em ação rescisória proposta pela ora agravante.

Essencialmente, o recurso especial manejado pela ora insurgente não foi conhecido ante a deficiência da fundamentação, uma vez que, apesar de se voltar contra acórdão proferido em sede de ação rescisória, não indicou como violado o artigo 485 do CPC/1973, o que, consoante a jurisprudência desta Corte Superior, é essencial para a admissibilidade de apelo nobre interposto no bojo da ação desconstitutiva da coisa julgada.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. ACÓRDÃO RESCINDENDO. FUNDAMENTOS. ANÁLISE. INVIABILIDADE.

[...]

2. É firme a orientação desta Corte de que o recurso especial interposto contra decisão proferida em ação rescisória deve cingir-se ao exame dos pressupostos previstos no art. 485 do CPC/1973, e não dos fundamentos do julgado rescindendo, como no caso presente.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 427.307/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 05/02/2018)

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. Inviável a análise da pretensão, porquanto não se apontou violação do art. 485 do CPC/1973 no Recurso Especial e, em momento algum, demonstra o recorrente ter havido, por parte do Tribunal a quo, qualquer ofensa aos pressupostos da rescisória ajuizada, limitando-se a expor sua irresignação com o que foi decidido no julgado rescindendo.

3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1694171/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 02/08/2018)

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C PETIÇÃO DE HERANÇA. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO, NOS MOLDES LEGAIS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

4. A jurisprudência desta eg. Corte Superior já proclamou que o recurso especial interposto contra decisão proferida em ação rescisória deve cingir-se ao exame dos pressupostos previstos no art. 485 do CPC/73, e não dos fundamentos do julgado rescindendo.

Precedentes.

[...]

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1390731/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 29/09/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR INDEFERIMENTO DA PROVA PERICIAL NO JULGADO RESCINDENDO. RECURSO ESPECIAL QUE DEVE VERSAR SOBRE OS PRESSUPOSTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA. JURISPRUDÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na hipótese, o Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia e julgar improcedente a ação rescisória ante o patente objetivo de novo julgamento da ação de prestação de contas que foi desfavorável ao recorrente, concluiu pela ausência dos requisitos autorizadores do pleito rescisório.

2. Esta eg. Corte Superior já proclamou que o recurso especial interposto contra decisão proferida em ação rescisória deve cingir-se ao exame dos pressupostos previstos no art. 485 do CPC/73, e não dos fundamentos do julgado rescindendo. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 102.070/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 19/04/2017)

Desse modo, trata-se de inadmissão do recurso extremo e, uma vez verificado o erro no dispositivo da decisão, conforme apontado pelo ora agravante, é impositiva a retificação.

No mais, não prosperam as alegações de ausência de fundamentação. O *decisum* objurgado encontra-se devida e suficientemente fundamentado, expondo com

clareza a deficiência do apelo nobre, o qual restringiu-se a apontar como violados os artigos 20 e 26 do CPC/1973, deixando, portanto, de demonstrar a violação ao artigo 485 do CPC/1973.

2. Do exposto, dá-se parcial provimento ao agravo interno, apenas para retificar o dispositivo da decisão de fls. 473-475 e-STJ, o qual deverá ter a seguinte redação "Do exposto, não se conhece do recurso especial", mantida a decisão quanto à sua fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

